

# DATALUTA



## BOLETIM DATALUTA

Uma publicação do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA.  
Presidente Prudente, março de 2022, número 171. ISSN 217-4463.

[www.fct.unesp.br/nera](http://www.fct.unesp.br/nera)

### ARTIGO DATALUTA

A FORMAÇÃO DE TERRITÓRIOS NO COMPLEXO DE MANGUINHOS - RJ - 2007-2020

### ARTIGO DO MÊS

**CONFLICTOS TERRITORIALES EN EL ASENTAMIENTO PALMARES II, MUNICIPIO  
PARAUPEBAS – PA (2010 – 2020)**

Acesse aqui: <https://www.fct.unesp.br/#!/pesquisa/dataluta/periodicos-dataluta/boletim-dataluta/>

### EVENTOS

**9ª Conferencia Latinoamericana y Caribeña de Ciencias Sociales:** Tramas de las desigualdades en América Latina y el Caribe Saberes, luchas y transformaciones. Del 7 al 10 de junio de 2022 tendrá lugar la 9ª Conferencia Latinoamericana y Caribeña de Ciencias Sociales en las instalaciones de la Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM).

**XX Encontro Nacional de Geógrafas e Geógrafos – ENG 2022**

Tema: Brasil-Periferia: A Geografia Para Resistir e AGB Para Construir  
20 a 24 de julho de 2022

### PUBLICAÇÕES, VÍDEOS E POD TERRITORIAL



Livro: **Geografia da Soja III: novas fronteiras da técnica no Vale do Araguaia** – Organizadoras: **Júlia Adão Bernardes e Roberta Carvalho Arruzzo**.

Para baixar:

<http://nuclamb.geografia.ufrj.br/geografia-da-soja-iii-novas-fronteiras-da-tecnica-no-vale-do-araguaia/>



**Webinar Rede DATALUTA**  
Realização: Rede DATALUTA.

Canal de webinars da Rede DATALUTA, a rede de grupos de pesquisas em Geografia Agrária mais ampla do Brasil. Confirmam os vídeos que já estão disponíveis, resultados de seminários virtuais com os mais variados temas!

Para ver:

<https://www.youtube.com/c/REDEDATA/LUTA/videos>

**PodCast Unesp – Pod Territorial.**  
Autores: Vários



O Podcast Unesp, em parceria com a Cátedra Unesco Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial, publica semanalmente noticiário sobre Reforma Agrária, povos de diferentes etnias, questões geográficas e outros assuntos que colaboram significativamente no desenvolvimento social.

Para ouvir/baixar:

<http://podcast.unesp.br>

### EQUIPE:

Revisão, Editoração e Coordenação: Aline Albuquerque Jorge, Danilo Valentin Pereira, Eduardo P. Girardi, Gerson Antonio Barbosa Borges, Lara Dalperio Buscioli, Lucas de Brito Wanderley e Wilians Ventura Ferreira Souza.

Leia outros números do **BOLETIM DATALUTA** em  
<https://www.fct.unesp.br/#!/pesquisa/dataluta/periodicos-dataluta/boletim-dataluta/>

## **A FORMAÇÃO DE TERRITÓRIOS NO COMPLEXO DE MANGUINHOS - RJ - 2007-2020**

**Erica Tatiana Teles da Silva,**

Mestranda do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe  
(TerritoriAL) – UNESP – bolsista CAPES  
[erica.tatiana@unesp.br](mailto:erica.tatiana@unesp.br)

### **INTRODUÇÃO**

Este estudo tem como objetivo uma análise da temática favela, visando mostrar a sua importância quando falamos da construção do espaço urbano no Rio de Janeiro. No momento, vamos destacar o Complexo das Favelas de Manguinhos e os diversos territórios construídos, suas transformações, após o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), criado pelo Governo Federal e com processos iniciados na comunidade em 2008. Desta forma, iremos observar quais foram os impactos urbanos e sociais que aconteceram neste período.

Quando pensamos em políticas públicas, voltamos a responsabilidade para o Estado solucionando ou intervindo com políticas para a população num todo ou parte dela, subsidiando serviços como educação, habitação, saneamento básico, entre outros, mas com o intuito de que sejam ações transformadoras.

Na criação do PAC, em 2007, o objetivo do programa era levar urbanização e moradia para favelas específicas. Algumas delas já haviam até recebido investimentos anteriores, de outros projetos, mas Manguinhos ainda não havia sido contemplada com nenhuma política pública nesse nível (SILVA, 2013. p. 2115-2128).

As favelas sempre foram vistas como um “problema”, onde habitavam pessoas com estereótipos de usuários de drogas, marginais, entre outros. Neste sentido, analisar o reflexo do programa, o território, como parte central deste estudo, sendo este um dos conceitos fundamentais da geografia, faz-se necessária as discussões de relações raciais afim de compreender as dinâmicas sociais brasileiras, mas especificamente carioca, observando que existe sim uma desigualdade socioespacial na sociedade. Nogueira (2018) mostra que o debate de raça é mais do que necessário, lembrando que Milton Santos afirmava que cada indivíduo “vale pelo lugar onde está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão, depende de sua localização no território” (NOGUEIRA, 2018. p. 204-218).

Sendo a população negra majoritária no Brasil, conforme Censo Demográfico de 2010, ela mesmo pode ser observada como um território negro, mas é importante perceber como as relações raciais se apresentam na formação socioespacial.

Segundo dados do Instituto Pereira Passos, com base em dados do Censo de 2010 do IBGE, Manguinhos tem mais de 35 mil habitantes em uma área de quase 535 mil metros quadrados. Lembrando que esses dados são de 2010, até 2021 o Brasil mudou, o Rio de Janeiro mudou, então certamente esses números hoje são bem maiores.

Olhar para a favelização é entender a transformação do espaço quilombola, com suas proporções históricas e até “marginalizada”. Os quilombos, no passado, ameaçando o Império, enquanto as favelas representando espaços socialmente indesejáveis para a República (CAMPOS, 2013).

## **METODOLOGIA**

Este trabalho teve como metodologia principal a revisão bibliográfica. Foram levantados artigos científicos que abordem a construção do espaço geográfico no Rio de Janeiro, visando mostrar que a população negra é parte fundante deste processo e conseqüentemente são agentes na construção do território de Manguinhos, com suas territorialidades, desterritorialidades e reterritorialidade. Da mesma forma serão apresentados os reflexos e conseqüências das ações do poder público no Complexo de Manguinhos, implementação do PAC os reflexos pós programa.

## **O TERRITÓRIO NEGRO DAS FAVELAS NO RIO DE JANEIRO**

Não existe um meio de falar de favelas sem discutir a sua origem e sua segregação socioespacial, como se fosse algo natural na construção de uma sociedade. Seja por influências internas ou externas, os conflitos políticos, todos contribuíram para o nascimento e crescimento da “favelização”. Mas olhando para história, não são só eles os responsáveis pelo enegrecimento destes territórios. Mas qual seria a explicação para o surgimento das favelas? Estudos apontam que a única possibilidade foi a disseminação dos quilombos. Os quilombos como espaço emergido do sistema escravista, aparece como opção nesta formação socioespacial abrangendo a discriminação, segregação, cultura, política e criminalização dos mais pobres (CAMPOS, 2013). Certa vez ouvi que existe uma África, sem Brasil, mas não um Brasil sem África. Então é impossível falar de Rio de Janeiro, um dos portos mais importantes para a chegada de escravizados na época, sem ter o negro como parte fundante do espaço geográfico da cidade, do estado.

Após a “libertação dos escravos”, a cidade foi um grande centro de criação de cortiços, pois haviam inúmeros casarões, antes habitados por famílias de classe alta e média alta, que sofreram desvalorização, em seu valor de mercado, quando a cidade passou a investir em outros espaços urbanos. Como essas habitações eram nos arredores do centro da cidade, a proximidade permitia uma busca mais ativa por oportunidades de trabalho, o que manifestava interesse nos trabalhadores para pagar alugueis nos cortiços, mesmo que fosse de forma precária. Assim, os casarões foram ocupados pelas classes pobres, mas pagando alugueis altos. Tudo isso pelo direito à moradia. Junto com esse processo, foi se construindo um espaço multidimensional, através das relações sociais, produzindo espaços materiais e imateriais, gerando questões políticas, culturais, econômicas, identitárias. Fernandes (2005) relata que o espaço é o retrato da realidade, sendo ele composto através de *composicionalidade*, sendo ele visto e enxergado por todos os processos e o compõe (FERNANDES, 2005). E os cortiços eram compostos por luta e resistência, e assim eles iam se construindo de forma multidimensional.

Mesmo em caráter de precariedade essas moradias perduraram até o início do século XX, quando o poder público iniciou o processo de demolição alegando a construção de largas avenidas, o desenvolvimento do saneamento como também embelezar a cidade, buscando a atração de capitais estrangeiros (COSTA; AZEVEDO, 2016). Em um dos cortiços mais conhecidos da cidade, que virou enredo do livro “Cidade Rebelde” (2008), chegaram a habitar quatro mil pessoas. Jane Santucci, a autora, diz que o desmonte do grande cortiço é o apontador para o nascimento das favelas, porque os moradores foram obrigados a tirar suas madeiras

dos cortiços e fabricar suas próprias casas em terrenos vendidos pela proprietária do antigo “Cabeça de Porco”. Todo esse processo é um exemplo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (TDR), que abordaremos mais à frente.

Nogueira (2018) alerta sobre a importância de olharmos a construção desses espaços não só como um racismo colonial, mas como estruturador de uma sociedade de classes. Ele ainda aponta que não há dúvida sobre a distribuição da população negra no espaço, mas é fundamental que se compreenda o porquê da permanência destes nestes espaços.

Considerando que essa observação do território, ocupado por sua maioria negra, nos faz refletir a reprodução das desigualdades raciais, como forma de poder, de dominação de um grupo sobre o outro, como a inferiorização dele, tratando assim o racismo como um exercício de poder. Essa relação racial, a forma de discriminação para os locais “onde se deve morar”, é um exemplo de segregação socioespacial, onde bairros, até regiões inteiras são resididas por um certo grupo, o que constitui um fator político, na busca de poder (RAFFESTIN, 1993). Segundo Fernandes, essas conflitualidades, fronteiras, limites, determinam o que é o território, esse território, através das suas relações sociais que o produz e o persiste em ser, em sua forma de poder (FERNANDES, 2005). Mas o que é realmente esse poder? Segundo Raffestin (1993), existem duas formas e por isso é importante nos atentarmos para distinguirmos quando qual está presente, em determinados espaços e territórios. Ele fala que existe o “Poder” – maiúsculo e o “poder” minúsculo. O autor suíço, descreve que o Poder, se refere ao Estado, em sua soberania, uma globalização de dominação, de forma unidimensional. Mas isso também não desmerece a força do poder, porque para o autor o “poder se esconde atrás do Poder”, se fazendo de uma simples palavra, mas que carrega todo o seu fardo. Ele ainda fala que que as vezes achamos que é mais fácil lidar com o Poder, porque ele está ali as vistas, mas que é muito mais difícil lutar com aquilo que não vemos (RAFFESTIN, 1993).

Pretender que o Poder é o Estado significa mascarar o poder com uma minúscula... O poder, nome comum se esconde atrás do Poder, nome próprio. Esconde-se tanto melhor quanto maior for a sua presença em todos os lugares. Presente em cada relação, na curva de cada ação: insidioso, ele se aproveita de todas as fissuras sociais para infiltrar-se até o coração do homem.” (RAFFESTIN, 1993, p. 52).

Como o racismo, a escravização, é uma questão de poder, o “inventado” na América faz parte da criação de um “outro”, seres esses os colonizadores e colonizados, iniciando no campo racial, que também serviu para possíveis segregações, opressões, principalmente relacionados a cultura e econômico-social. Desta forma a raça se transformou critério para a distribuição da população, em todo o mundo, como uma estrutura de poder de uma nova sociedade. Sendo assim, a cor da pele, tornou-se o elemento indicativo das diferenças, deixando claro quem seriam os “dominadores” e “dominados” (MARCELLINO, 2020). O autor ainda faz referência a Milton Santos, quando diz que a discussão das relações raciais nos permite realizar a desconstrução de um sistema capitalista e toda sua complexidade, considerando a matriz da colonialidade dos corpos pretos, nos fazendo olhar que a geografia, aquela que aprendemos, é parte desse sistema e precisa ser “mudada”.

Se pensarmos em colonização territorial muitos grupos sociorraciais tiveram suas histórias negadas, escondendo suas oralidades, suas histórias, por conta do seu papel subserviente da escravidão. Guimarães

(2020) aponta que é mais um processo de inferiorização hierárquico colonial, que não valoriza as riquezas de cada povo, desumanizando suas histórias com a justificativa de suas inferioridades. Desta forma como devemos pensar a geografia como um meio de construção de métodos e metodologias para que essas histórias não sejam apagadas?

Isso nos faz refletir a intensificação das pesquisas que abordem as questões de raça, gênero e classe na formulação de políticas públicas, analisando a necessidade de compreender as desigualdades e as barreiras sociais.

## O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DAS FAVELAS

A ideia de dar “civildade” a uma favela, como forma de urbanização, nos remete a um pensamento de Raffestin (1993), onde o autor nos lembra que um território sozinho, sem querer desmerecer sua importância, não tem seu mesmo valor se não houver uma população (RAFFESTIN, 1993).

O poder visa o controle e a dominação sobre os homens e sobre as coisas. Pode-se retomar a divisão tripartida em uso da geografia política: a população, o território e os recursos. Considerando o que já foi dito sobre a natureza do poder, será fácil compreender por que colocamos a população em primeiro lugar: simplesmente porque ela está na origem de todo poder. Nela residem as capacidades virtuais de transformação; ela constitui o elemento dinâmico de onde procede a ação. O território não é menos indispensável, uma vez que é a cena do poder e o lugar de todas as relações, mas sem a população, ele se resume a apenas uma potencialidade, um dado estático a organizar e a integrar numa estratégia”. Os recursos, enfim, determinam os horizontes possíveis da ação. Os recursos condicionam o alcance da ação.” (RAFFESTIN, 1993, p. 58).

Desta forma, vemos que o Estado não pensou em ações de urbanização visando o bem-estar da sociedade, mas sim da utilização de políticas públicas, para exercer o poder em um espaço que serviria de amostra para essa tal “civildade”.

Fazendo um breve histórico, a partir dos anos 1980, a cidade do Rio de Janeiro passou a ter diversos projetos, que, “em teoria”, visavam urbanizar as favelas, promovendo melhorias como infraestrutura e regularização fundiária. Um dos exemplos de projetos desenvolvidos pela Prefeitura Municipal, foi o Projeto Favela-Bairro desenvolvido durante o mandato do prefeito César Maia no início dos anos 1990, que previa saneamento básico às favelas, obras de acessibilidade e locais de lazer (SILVA, 2013). Além deste projeto, que permaneceu até o primeiro mandato do Eduardo Paes, em 2009, em 2007 o Governo Federal desenvolveu outro projeto, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), contando assim com grandes investimentos vindos da União, para investir em obras de urbanização das favelas.

Hoje, em 2021, após todos esses programas, será que houve essa tal “urbanização das favelas”? Será que esses processos, mesmo seguidos de governos estaduais, tiveram suas obras em continuidade? As favelas que receberam os investimentos ainda possuem suas obras em bom estado? E essa distribuição de renda, chegou para todas as favelas? A resposta para todas essas perguntas é não.

A cidade do Rio de Janeiro possui um número significativo de favelas e de pessoas que vivem nessas comunidades, isso nos faz ver a necessidade de enxergar a construção do espaço geográfico da cidade à luz da construção dessas favelas. Segundo o último censo do IBGE, mais de 420.000 domicílios foram

identificados em favelas, o que apresenta em média 1.400.000 moradores. Desta forma é importante discutir quais políticas estão voltadas para essa "urbanização" e as que foram desenvolvidas nos últimos anos. Detalhe que o último censo foi em 2010 e se olharmos para 2021, quantas mudanças políticas aconteceram no RJ? Com a quantidade de desempregados, de moradores de rua, esse número certamente já é muito maior, considerando que as favelas são locais buscados por uma população precarizada.

Precisamos pensar, analisar, como as políticas públicas podem contribuir para a redução da segregação urbana e das habitações precárias, colocando em foco a discussão de raça e sua total dimensão. A autora ainda aponta que dentre os estudos realizados, numa lista de quinze trabalhos que abordem o tema: "segregação residencial por raça, que discutem suas consequências e tratam de questões culturais e de identidade em torno dos chamados territórios negros", somente um foi elaborado por uma geógrafa. Desta forma, observa-se o esvaziamento da discussão da questão racial no espaço urbano, principalmente quando se trata de políticas públicas urbanas.

Um dos programas, que serve como referência para este artigo é o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o PAC-FAVELAS, que possui em sua abrangência um dos maiores investimentos, por parte do Governo Federal, na área de infraestrutura (energética, logística, urbana), pois tinha como objetivo realizar estratégias em grandes setores econômicos no país. O projeto que ficou em vigência nos governos Lula e Dilma, direcionou boa parte do recurso para o Rio de Janeiro, em virtude da aliança dos Partidos dos Trabalhadores (PT) com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), considerando que na época Sérgio Cabral Filho era Governador do Estado e Eduardo Paes, Prefeito. Só no estado do Rio de Janeiro, foram investidos 3 bilhões de reais, distribuídos em 30 favelas ou complexos da cidade. Algumas comunidades "chaves" receberam obras de níveis arquitetônicos, como os teleféricos do Alemão e da Providência, dando acessibilidade aos moradores, com valor simbólico para utilização. No Complexo de Manguinhos houve um investimento substancial na elevação da linha férrea, buscando construir uma integração dos moradores, num espaço comum a todo o complexo. O projeto também previa a construção da Rambla carioca, inspirada nas ruas de Barcelona, na Espanha (SILVA, 2013).

## **AS INTERVENÇÕES URBANAS E SOCIAIS NO COMPLEXO DE MANGUINHOS**

Rio de Janeiro, zona norte, é onde está situada a área de Manguinhos. Desde meados do século XX aconteceram diversas ocupações, algumas em função dos desmontes dos cortiços, outras por ações de políticas públicas, ou até mesmo por questões individuais de ocupações. No que antes era um grande manguezal, atualmente existem diversas comunidades, que se transformam em um complexo. O manguezal hoje nem se vê mais, em virtude das moradias e dos aterramentos de lixo, realizados ao longo dos últimos anos, em consequência dos projetos de urbanização do território.

Manguinhos é um lugar diversificado, com origens e trajetórias singulares. Segundo o artigo "Memória e conflitos sociais no espaço urbano – Manguinhos/ Rio de Janeiro (2008), os perfis que ali residem é o que faz as histórias, tanto nas questões políticas, sociais e econômicas (TRINDADE, COSTA; FERNANDES, 2012). De acordo com o autor, o termo comunidade, ao invés de favela, traz uma questão socioespacial, pelo fato dos moradores construírem o espaço através das suas narrativas, onde os próprios se enxergam como

um agrupamento social, uma comunidade. Este termo representa, segundo ele, uma identidade, contribuindo para a desconstrução de um território violento, marginalizado, enfrentando assim o preconceito da nomenclatura.

Heringer (2002) relata a precariedade habitacional destes locais, a falta de saneamento básico, o não acesso aos direitos à saúde, a falta de eletricidade e a não coleta de lixo. Espaços esses onde reside a população majoritariamente negra. Segundo o IBGE (1999) 15,2% dos brancos viviam em locais sem coleta de lixo, enquanto entre os negros eram 30,3% (HERINGER, 2002)

O autor cita que Lefebvre (1991), Santos (1996) e Morin (2002) afirmam que a favela não pode ser vista por um único olhar, singular, mas pelo seu conjunto, suas relações, onde se está inserida, dentro da cidade e as relações nelas produzidas.

Mesmo estes espaços, formulador numa lógica desigual, o território favela é visto como uma forma de sobrevivência ou como um “problema”, na visão de outrem. Isso nos faz analisar que tais preocupações e projetos do poder público foram sendo criados tendendo a eliminação desses espaços e/ou repressões, mostrando assim ambiguidades, porque dependendo dos interesses dos governantes as ações poderiam parecer ser de manutenção e recuperação, mas que intrinsecamente objetivava as remoções. Silva (2013) relata que programas de remoção com erradicação de muitas favelas aconteceu em grande escala, causando impactos urbanos, construindo assim movimentos de resistência pelos moradores. A autora cita Valladares (1970, p 45-46), “o efeito produzido pelo programa de remoção das favelas do Rio de Janeiro foi diametralmente oposto ao esperado: em vez de regressivo foi propulsor. Se não logrou acabar com as favelas, logrou-se menos ainda contê-las”

Manguinhos, mas especificamente a política de urbanização, através do PAC, foi além de interesses regionais, considerando que o programa era do Governo Federal, visava fortalecer a articulação federativa, contando com o apoio dos estados e municípios para qualifica-lo como essencial para resolver as questões de habitações precárias as transformando em lugares de qualidade.

Inspirado no documento *Política Urbana y Desarrollo Económico: um programa para el decénio*, publicado pelo Banco Mundial, o programa alerta para a importância da relação entre economia urbana e o desempenho macroeconômico. Três pontos são apresentados como base:

- 1) Conflitos por provisão habitacional e por acesso a infraestrutura urbana não são os únicos conflitos, por isso devem ser vistos junto com a produtividade da economia e quais são esses obstáculos pra chegar à produtividade desejada;
- 2) As questões relacionadas as camadas mais pobres precisa ser incentivada através de mão de obra, de melhor acesso a infraestrutura e aos serviços sociais básicos. Esses são um dos meios de amenizar o problema da pobreza;
- 3) Em relação as questões ambientais são necessárias ter uma visão mais analítica, verificando que a deterioração do espaço urbano não sua devida importância;
- 4) Existem grandes gargalos na produção intelectual sobre a questão urbana, mostrando assim a necessidade de mais pesquisas sobre o assunto, para servirem de base para o desenvolvimento de políticas urbanas.

Sendo assim, seguindo essas análises, o PAC incorporava perspectiva de desenvolvimento local, visando a produção do espaço, buscando desenvolvimento econômico e social, com o intuito de diminuir as desigualdades sociais para atingir seus ideais. Para tanto é necessário analisar o grau de interferência no espaço produzido após o programa.

## **A PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO MANGUINHOS E SUAS CONTRADIÇÕES**

Essa favela/comunidade conhecida como Complexo de Manguinhos ou PAC Manguinhos, após a urbanização, por meio do Programa, em virtude do agrupamento de favelas/comunidades, é denominada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) como “área subnormal”, justificando que são áreas desordenadas, carentes de serviços públicos essenciais, anormais, reafirmando-as como “zona de exclusão”.

Queiroz e Muller (2012) apresentam uma ideia de Milton Santos que o território é mais que um lugar fixo, que um lugar apresentado geograficamente, mas um espaço de poder, não só político, mas construído através de suas subjetividades, com diversas formações sociais e culturais que fazem com que ele seja construído e reconstruído frequentemente (QUEIROZ e MULLER, 2012). O que poderíamos chamar de territorialidade, desterritorialidade e reterritorialidade.

Silva (2013) diz que Manguinhos precisa ser vista através das construções do passado, do presente e as possibilidades futuras, afirmando que “as configurações espaciais não são estáticas no tempo, mas intensamente mutáveis e relacionais.” Desta forma Manguinhos é um exemplo do parcelamento desigual do solo urbano.

Manguinhos em toda sua historicidade já passou por diversos processos de TDR. As mudanças que aconteceram no século XX, através de políticas públicas e de especulações imobiliárias, permitiu que a destruição e a reconstrução deste território. Toda essa alteração territorial tem a ver com o “não mais interesse na área, por parte do setor privado”, que “permitiu” as ocupações.

Se pararmos e analisarmos todo processo, através das ações concretas do estado, as relações de fluxo e refluxo, Fernandes (2005) nos diz que essas contradições podem ser vistas como socioespaciais e socioterritoriais, trazendo assim tanto a expansão como a destruição, permitindo nessa criação e refluxo um processo geográfico de territorialização – desterritorialização – reterritorialização (FERNANDES, 2005).

Ao pensarmos no espaço Manguinhos, remetemos nosso pensamento a Lefebvre que nos mostra que sua produção está vinculada ao espaço vivido, percebido e concebido. Isso nos faz ver que as transformações desse território são vinculadas as ações e reações dos sujeitos envolvidos.

O território Manguinhos em todo seu processo de TDR é um exemplo claro das relações sociais, hora controlado pelo estado, outra pela UPP (Unidade de Polícia Pacificador), outra pelo tráfico, pelas igrejas, dentre outros, quando não muitas vezes por mais de um ao mesmo tempo, considerando o poder exercido naquele determinado espaço. Da mesma forma que podem acontecer as territorialidades, como por exemplo a implementação da UPP em um ponto fixo, com um posto em um local determinado, como a desterritorialidade, com ações de abordagem pela comunidade, ou de uma igreja que abre suas portas para uma ação social, sem nenhum cunho religioso, voltado para os cuidados com a comunidade e a reterritorialidade, quando a mesma volta para os seus cultos religiosos.

Fernandes nos mostra que por mais que o espaço permaneça sendo o mesmo, os territórios mudam, de acordo com as ações sociais que ali se apresentam. Sendo espaços e territórios contraditórios, mas que são fundamentais para as relações sociais (FERNANDES, 2005).

Bianco (2011) realizou uma pesquisa, através de entrevistas semiestruturadas, que nos aponta algumas informações para a reflexão, até que ponto as construções ideológicas do PAC são capazes de produzir novas formas de interação na favela. Embora não seja possível, atestar esses impactos, alguns territórios são possíveis de observar, segundo a autora. Um deles é Departamento de Suprimentos do Exército (DSUP), que surgiu após as obras no antigo terreno, transformando o espaço como uma “bolha” dentro da favela, construído com suas sociabilidades e violência, quando havia incursões policiais. Mas seus equipamentos são pouco utilizados pelos moradores, por falta de divulgação, o que restringe o acesso a área em que se encontra. Paralelamente os espaços criados para lazer, como praças, quadras, parques, em diversos pontos da comunidade, foram reapropriadas pelo tráfico, sofrendo depredações devido a terem se tornado territórios de usuários de drogas (BIANCO, 2011).

Manguinhos, somado a favela do Jacarezinho, uma comunidade vizinha, são conhecidos como o reduto do Comando Vermelho (CV), facção criminosa de tráfico de drogas, que utiliza seu poderio para impor suas leis violentas as comunidades que estão sob sua “jurisdição”. Um exemplo, é a avenida Leopoldo Bulhões, rua principal de Manguinhos, que por muito tempo foi conhecida como “Faixa de Gaza”, uma alusão a região dos confrontos entre palestinos e israelenses.

Um dos pontos mais perigosos da comunidade é o conjunto habitacional, conhecido como Mandela. O tráfico de drogas atua de forma ostensiva e por isso há incursões policiais, causando constantes tiroteios e levando insegurança aos moradores. Esta área, por ter sido planejada urbanisticamente, é toda pavimentada, com casas estruturadas, comércio e espaços de lazer. Mas com incidência de confrontos, o local passou a desvalorizar e sofrer ocupações e construções irregulares e não autorizadas, refletindo na qualidade do saneamento e outras questões de infraestrutura. Um território e suas multidimensionalidades, com suas contradições, conflitos e solidariedade, apresentando as intencionalidades colocadas naquele lugar e que assim o criou. O que ele é e o que se formou, sua existência e destruição, que dão movimento ao espaço, sendo assim um espaço de resistência a dominação, somado a liberdade que ele mesmo oferece. “*O território é espaço de liberdade e dominação, de expropriação e resistência*”, como diz Fernandes. (FERNANDES, 2005).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esses são alguns dos pontos frustrantes de um programa que não deu certo e da má utilização do dinheiro público. Uma matéria do Jornal do Brasil, em 2018, mostrou que depois de 10 anos de iniciado o programa, tudo não passou de ilusão e de expectativas frustradas aos moradores da região. A Rambla de Manguinhos, que seria inspirada na de Barcelona, com comércios, turismo e prestação de serviço, ficou no papel e no projeto de Jorge Jauguere, arquiteto idealizador do trilha suspenso. A estação de trem elevada, até ficou pronta, mas hoje é de total abandono. Abaixo do trecho existem moradias a base de madeira, papelão. Os quiosques, atualmente todos fechados, servem para depósitos de lixo e tem forte cheiro de urina. A matéria

apresenta uma fala do arquiteto: “Queria registrar meu profundo descontentamento com o estado físico e social do lugar. No Rio, há uma tradição de fazer e abandonar. O Rio-Cidade e o Favela-Bairro (obras em vias de bairros e reurbanização de favelas, respectivamente nos anos 1990) são exemplo disso. O PAC de Manguinhos é igual: incompleto e abandonado”. Pesquisadores da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), quem tem sua sede em Manguinhos apontam que o projeto não deu ouvidos as solicitações dos moradores. Diversas pesquisas mostraram que a população pouco se importava a elevação da ferrovia, que as prioridades eram investimentos em habitação, saneamento, saúde e educação. Mas diferente disso, estes não foram feitos e a estação de trem está em degradação, com investimento de recursos públicos jogados fora. Equipamentos, como a Casa da Mulher e a Escola Luiz Carlos da Vila, estão deteriorados, abandonados. Moradores falam que tinham esperança ao ver o que estava sendo apresentados e hoje sofrem com a degradações (DAFLON, 2018)

A experiência do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no Complexo de Manguinhos serviu como um grande exemplo para a reflexão sobre o desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro e ao mesmo tempo como políticas públicas precisam ser mais estruturadas para que a população seja atendida e o dinheiro público não seja gasto de forma ineficaz.

*“Por mais que você corra, irmão  
Pra sua guerra vão nem se lixar  
Esse é o xis da questão  
Já viu eles chorar pela cor do orixá  
E os camburão o que são?  
Negreiros a retraficar  
Favela ainda é senzala, Jão  
Bomba relógio prestes a estourar”*  
Trecho da música Boa Esperança - Emicida

## BIBLIOGRAFIA

SILVA, G. R. Intervenções urbanísticas e sociais no Complexo de Manguinhos: análise do legado PAC Manguinhos – RJ. **XVI Simpósio Nacional de Geografia Urbana 2019**, P. 2115-2128.

NOGUEIRA, A. A Construção conceitual e espacial dos territórios negros no Brasil. **Revista da Geografia**, 2018. V. 35, Nº 01 – P. 204-218.

CAMPOS, A. **Quilombos, favelas e os modelos de ocupação dos subúrbios: algumas reflexões sobre a expansão urbanas sob a ótica dos grupos segregados**. 2013. Disponível em: <http://nucleopiratinga.org.br/quilombos-favelas-e-os-modelos-de-ocupacao-dos-suburbios-algumas-reflexoes-sobre-a-expansao-urbanas-sob-a-otica-dos-grupos-segregados/>. Acessado em: 25/10/2020.

FERNANDES, B. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais**. Revista NERA – ano 8, n. 6 – janeiro/julho 2005.

TRINDADE, C. COSTA, R. FERNANDES, T. Memória e conflitos sociais no espaço urbano – Manguinhos/Rio de Janeiro. **XIII Encontro de História Anpuh-Rio**. 2008.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Editora Ática, 1993.

---

MARCELINO, J. As marcas da colonialidade: raça e racismo na produção do pensamento geográfico. **Revista ABPN - Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as, Caderno Temático “Geografias Negras”**, Rio de Janeiro, abril de 2020, volume 12, c 1. P. 435-457.

GUIMARÃES, G. Geo-grafias negras & geografias negras. **Revista ABPN - Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as, Caderno Temático “Geografias Negras”**, Rio de Janeiro, abril de 2020, volume 12, c 1. P. 292-311

SILVA, C. **As (In)Sustentabilidades Presentes Na Produção Social Do Espaço Em Manguinhos- Rj.** 2013. Tese da Pontifícia Universidade Católica Do Rio De Janeiro - Puc-Rio.

FERNANDES, T; COSTA, R. As comunidades de Manguinhos na história das favelas do Rio de Janeiro. **Revista Tempo**, volume 19, nº 34.

HERINGER, R. Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas. 2002. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 18 (Suplemento): P. 57-65.

MULLER, T. e QUEIROZ, P. Território: perspectivas atuais. **Revista ABPN - Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as**, v. 3, n. 6 • nov. 2011 – fev. 2012 • P. 01-05.

BIANCO, M. **O PAC- Manguinhos: política urbana, usos e representações da cidade.** 2011. FGV – CPDOC – Trabalhos de conclusão de curso.

DAFLON, R. **Legado do PAC-Manguinhos: sonho frustrado da “rambla”, falta de saneamento e prédios deteriorados.** 2018. Disponível em:

[https://www.jb.com.br/index.php?id=/acervo/materia.php&cd\\_matia=901076&dinamico=1&preview=1](https://www.jb.com.br/index.php?id=/acervo/materia.php&cd_matia=901076&dinamico=1&preview=1).

Acessado em 10/03/2021.